

## **EDUCAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Clarine de Andrade Silva, Licenciatura em Pedagogia, Centro universitário Integrado, Paraná, Brasil.

Estefani Ribeiro Pereira, Licenciatura em Pedagogia, Centro universitário Integrado, Paraná, Brasil.

Alessandra Barbieri Melniski da Mata, Licenciatura em Pedagogia, Centro universitário Integrado, Paraná, Brasil.

E-mail: [alessandrabarbieri2024@gmail.com](mailto:alessandrabarbieri2024@gmail.com)

### **INTRODUÇÃO**

A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento humano e social, sendo reconhecida mundialmente como um direito essencial à dignidade da pessoa humana. No Brasil, esse direito é assegurado pela Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Seu objetivo é garantir o pleno desenvolvimento do indivíduo, preparando-o para o exercício da cidadania e para sua inserção no mercado de trabalho.

Nesse contexto, a educação não deve ser compreendida apenas como acesso à escola, mas como um processo amplo que envolve qualidade de ensino, inclusão, equidade e permanência dos alunos no ambiente escolar. A efetivação desse direito exige políticas públicas eficientes, investimento adequado e compromisso social, considerando as diversas realidades existentes no país.

A relevância deste tema se justifica pela persistência de desigualdades educacionais no Brasil, especialmente entre diferentes regiões e grupos sociais. Fatores como renda, localização geográfica, acesso a recursos tecnológicos e condições familiares influenciam diretamente as oportunidades educacionais. Dessa forma, embora a legislação brasileira assegure o direito à educação, sua concretização ainda enfrenta diversos desafios.

Além disso, a educação desempenha papel fundamental na redução das desigualdades sociais, na promoção da inclusão e no fortalecimento da democracia. Por meio dela, os indivíduos desenvolvem senso crítico, autonomia e capacidade de participação ativa na sociedade. Segundo Biancolino et al. (2012), a educação deve ser vista como um instrumento de transformação social, sendo indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Outro aspecto importante a ser considerado é a inclusão educacional, especialmente no que se refere a alunos com necessidades especiais. A educação inclusiva busca garantir que todos tenham acesso ao ensino de qualidade, respeitando suas individualidades e promovendo igualdade de oportunidades. No entanto, ainda existem desafios relacionados à formação de professores, adaptação curricular e estrutura das escolas.

A pandemia de COVID-19 também trouxe impactos significativos para a educação, evidenciando desigualdades já existentes. O ensino remoto revelou dificuldades no acesso à internet e a dispositivos tecnológicos, principalmente entre estudantes de baixa renda. Esse cenário reforçou a importância de políticas públicas voltadas à inclusão digital e à garantia do direito à educação em diferentes contextos.

Diante desse cenário, torna-se essencial refletir sobre a educação como direito fundamental, analisando não apenas sua garantia legal, mas sua efetividade na prática. Este trabalho tem como objetivo discutir a importância da educação no Brasil, identificar os principais desafios para sua concretização e analisar possíveis caminhos para a melhoria do sistema educacional.

Assim, busca-se contribuir para o debate acadêmico e social sobre o tema, destacando a necessidade de ações integradas entre governo, instituições de ensino e sociedade civil, visando assegurar uma educação de qualidade para todos.

## **MÉTODO**

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem descritiva e exploratória, tendo como objetivo analisar a educação como direito fundamental no contexto brasileiro. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender aspectos sociais, políticos e educacionais que influenciam a efetivação desse direito.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental. Foram utilizados materiais acadêmicos como livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais que abordam a temática da educação, direitos fundamentais e políticas públicas educacionais. Essa etapa foi fundamental para a construção do referencial teórico e para a compreensão dos principais conceitos relacionados ao tema.

Além disso, foram analisados dados secundários provenientes de relatórios educacionais e estatísticas públicas, com o objetivo de identificar padrões e desigualdades no acesso à educação no Brasil. Esses dados permitiram uma visão mais ampla da realidade educacional, especialmente no que se refere às diferenças regionais e socioeconômicas.

O universo da pesquisa compreende o sistema educacional brasileiro, considerando diferentes níveis de ensino, com foco principal na educação básica. A amostra foi composta por dados e informações disponíveis em fontes confiáveis, selecionadas com base em sua relevância e atualidade.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados, foram utilizados documentos oficiais, artigos científicos indexados e relatórios institucionais. A seleção dos materiais ocorreu a partir de critérios como pertinência ao tema, credibilidade da fonte e atualidade das informações. Foram priorizados estudos publicados nos últimos anos, visando garantir maior proximidade com a realidade atual da educação no país.

Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que possibilita a interpretação sistemática das informações coletadas. Esse método permitiu identificar categorias relevantes, como desigualdade educacional, acesso à escola, permanência dos alunos e qualidade do ensino.

De acordo com Abessa, Sousa e Tommasi (2006), a análise de dados é essencial para compreender fenômenos sociais complexos, permitindo uma interpretação mais aprofundada da realidade estudada. Nesse sentido, os dados foram organizados em tabelas e gráficos, facilitando a visualização e a compreensão dos resultados.

Por fim, destaca-se que a pesquisa seguiu princípios éticos, respeitando a integridade das informações e garantindo a correta citação das fontes utilizadas. Dessa forma, buscou-se assegurar a qualidade científica do trabalho e a confiabilidade dos resultados apresentados.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados indicam que a educação, embora garantida legalmente, ainda enfrenta diversos obstáculos para sua efetivação plena no Brasil. Entre os principais desafios identificados estão a desigualdade no acesso à educação, a evasão escolar, a falta de infraestrutura adequada e a insuficiência de investimentos.

Observou-se que regiões mais vulneráveis apresentam maiores índices de evasão escolar e menor acesso a recursos educacionais de qualidade. Isso demonstra que, apesar da universalização do ensino básico, ainda há desigualdades significativas no sistema educacional.

Outro aspecto relevante é a formação de professores, que muitas vezes não recebem suporte adequado para lidar com as demandas contemporâneas da educação, como a inclusão de alunos com necessidades especiais. Esse fator impacta diretamente na qualidade do ensino oferecido.

Além disso, a pandemia de COVID-19 agravou ainda mais as desigualdades educacionais, evidenciando a falta de acesso à tecnologia por parte de muitos

estudantes. O ensino remoto, embora necessário, não foi acessível a todos, reforçando a exclusão educacional.

Por outro lado, também foram identificados avanços importantes, como a ampliação de políticas públicas voltadas à inclusão e à permanência dos alunos na escola. Programas de assistência estudantil e iniciativas de educação inclusiva têm contribuído para a redução das desigualdades.

A literatura aponta que a efetivação da educação como direito fundamental depende de ações integradas entre o Estado, a escola e a sociedade. Conforme Tavares (2003), o desenvolvimento humano está diretamente relacionado ao acesso à educação de qualidade, sendo esta um elemento central para a construção da cidadania.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu compreender que a educação, embora reconhecida como um direito fundamental garantido por lei, ainda enfrenta desafios significativos para sua efetivação no contexto brasileiro. A existência de desigualdades sociais, econômicas e regionais evidencia que o acesso à educação de qualidade não ocorre de forma equitativa para todos os cidadãos.

Observou-se que, apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas, especialmente no que se refere à ampliação do acesso à educação básica, ainda há lacunas importantes relacionadas à permanência dos alunos na escola, à qualidade do ensino e às condições estruturais das instituições educacionais. Esses fatores impactam diretamente o desenvolvimento dos estudantes e a consolidação da educação como instrumento de transformação social.

Outro ponto relevante identificado foi a necessidade de valorização dos profissionais da educação. A formação continuada, melhores condições de trabalho e reconhecimento profissional são elementos essenciais para garantir um ensino de qualidade. Professores bem preparados e valorizados têm maior capacidade de promover práticas pedagógicas inclusivas e eficazes, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos.

A inclusão educacional também se destaca como um desafio importante. Embora existam políticas voltadas à educação inclusiva, ainda é necessário avançar na adaptação das escolas, na formação dos docentes e na oferta de recursos adequados para atender alunos com necessidades específicas. A efetivação desse processo é fundamental para garantir que o direito à educação seja realmente universal.

Além disso, os impactos da pandemia de COVID-19 evidenciaram fragilidades no sistema educacional, principalmente no que diz respeito ao acesso às

tecnologias digitais. Muitos estudantes foram prejudicados pela falta de acesso à internet e a equipamentos adequados, o que comprometeu o processo de ensino-aprendizagem e ampliou ainda mais as desigualdades existentes.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a garantia da educação como direito fundamental depende de ações articuladas entre o Estado, a sociedade e as instituições de ensino. É necessário investir em políticas públicas mais eficazes, que promovam não apenas o acesso, mas também a qualidade e a equidade na educação. Isso inclui melhorias na infraestrutura escolar, ampliação do acesso à tecnologia, formação de professores e desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

Os objetivos propostos neste trabalho foram alcançados, uma vez que foi possível analisar a importância da educação como direito fundamental e identificar os principais desafios para sua efetivação no Brasil. A partir dos dados e da literatura analisada, ficou evidente que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que esse direito seja plenamente garantido.

Como limitações deste estudo, destaca-se a utilização de dados secundários e a ausência de pesquisa de campo, o que poderia proporcionar uma análise mais aprofundada da realidade local. Nesse sentido, sugere-se que pesquisas futuras explorem estudos empíricos, especialmente em contextos específicos, como escolas públicas e comunidades em situação de vulnerabilidade.

Por fim, reforça-se que a educação é um direito indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Investir em educação é investir no futuro, sendo essencial que todos os setores da sociedade se comprometam com a sua valorização e fortalecimento.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos à instituição de ensino e aos professores pelo apoio no desenvolvimento deste trabalho, bem como às fontes de pesquisa que contribuíram para a construção do conhecimento apresentado.

## REFERÊNCIAS

BARUFFI, Helder.

A educação como um direito social fundamental: positividade e eficácia.

Revista Educação e Fronteiras, 2012.

OLIVEIRA, Marli dos Santos; SANTELLI, Igor Henrique.

O direito à educação na ordem constitucional brasileira: texto e contexto.

Jornal de Políticas Educacionais, 2020

AGUIAR, Márcia Angela da Silva; DOURADO, Luiz Fernandes.

Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os desafios para a educação básica.

DOURADO, Luiz Fernandes.

Políticas curriculares no Brasil: BNCC e os desafios contemporâneos.

Base Nacional Comum Curricular

 <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>